

Educação continuada

ARNALDO NISKIER

Uma das funções mais ricas do ensino supletivo é a de suprimento, que durante muito tempo foi sinônimo de educação permanente. Hoje em dia, a denominação que se consagrou foi a de educação continuada, expressão que vimos ter uso corrente na Open University da Inglaterra.

O Grupo de Trabalho instituído pelo MEC para se debruçar sobre as potencialidades da educação aberta e à distância também estabeleceu linhas de ação para o equacionamento da educação não-formal/educação continuada. Foram levantadas sugestões que merecem cuidadosa análise:

1. Apoiar propostas de alfabetização de jovens e adultos, feitas por movimentos sociais, instituições públicas e da sociedade civil, concebidas a partir das necessidades específicas culturais e de produção econômica dos grupos sociais a serem atendidos.

2. Aproveitar as experiências de educação de adultos realizadas por educadores populares.

3. Apoiar o desenvolvimento de propostas diferenciadas de educação, a partir de necessidades culturais e sociais, de produção econômica, de interesses imediatos e/ou históricos da sociedade.

4. Ampliar as possibilidades de educação comunitária com a oferta de programas e projetos voltados para saúde, saneamento, nutrição, condições habitacionais e de organização social.

5. Desenvolver ações destinadas a mobilizar os meios comunitários e os recursos locais, com vistas ao aproveitamento de matérias-primas em atividades de manifestações comunitárias e culturais.

6. Apoiar programas e projetos que visem a resgatar e preservar as nossas raízes históricas e culturais.

7. Assegurar o desenvolvimento de propostas educativas diferenciadas para as classes trabalhadoras que visem a formação para o trabalho nos setores primário, secundário e terciário da economia e que conjuguem interesses pessoais e exigências do mundo do trabalho.

8. Apoiar e divulgar experiências de formação para o trabalho, realizadas em êxito por particulares ou instituições públicas e privadas, junto às classes trabalhadoras.

9. Assegurar ao trabalhador o acesso ao conhecimento prático-teórico-metodológico das diversas áreas de produção, possibilitando o aperfeiçoamento de sua prática e proporcionando novas opções de trabalho.

10. Garantir ao trabalhador o acesso a programas de educação continuada que propiciem a sua compreensão e participação das relações inerentes ao mundo do trabalho e na organização político-social da comunidade que integra.

Arnaldo Niskier é jornalista e integrante da Academia Brasileira de Letras